

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023



Direção

João de Almada Moreira Rato – Presidente

Duarte Maria de Almeida e Vasconcelos Calheiros – Vice-Presidente

Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral - Vogal

Clementina Maria Dâmaso de Jesus Silva Barroso – Vogal

Diogo Moreira-Rato – Vogal

Joana Torres Ereio - Vogal

José Costa Pinto – Vogal

Mesa da Assembleia Geral

Daniel Proença de Carvalho – Presidente

Secretário – Marta Alves Gomes Saldanha

Conselho Fiscal

Manuel Ramos de Sousa Sebastião – Presidente

Paulo Fernando Bandeira – Vogal

Pedro Miguel Mendes – Vogal

Conselho Geral

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa (Presidente)

Altri, SGPS, S.A. (representado por Alberto Castro)

Banco BIC Português, S.A. (representado por José de Azevedo Pereira)

Banco BPI, S.A. (representado por Luís Graça Moura)

Banco Comercial Português, S.A. (representado por Ana Moniz Macedo)

Beatriz Pessoa de Araújo

Caixa Geral de Depósitos, S.A. (representada por Paulo Macedo)

CTT - Correios de Portugal, S.A. (representados por Margarida Couto)

EDP – Energias de Portugal, S.A. (representada por Ana Paula G. de Pina Marques)

EDP Renováveis, S.A. (representada por Acácio Jaime Liberato Mota Piloto)

Galp Energia, S.A. (representada por Nuno Moraes Bastos)

João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento

Luís Fernando de Mira Amaral

Luís Manuel Pêgo Todo Bom

Manuel Maria Simões Nunes Agria

Maria Luísa Falcão Líbano Monteiro Antas

NOS, SGPS, S.A. (representada por António Lobo Xavier)

Novo Banco, S.A. (representado por Luísa Soares da Silva)

Pharol, SGPS S.A. (representada por Luís Maria Viana Palha da Silva)

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (representada por José Luís Arnaut)

Semapa, SGPS, S.A. (representada por Rui Gouveia)

Vítor Augusto Brinquete Bento

Senhores Associados

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a Direção submete à apreciação de V. Exas o Relatório de Gestão do IPCG – Instituto Português de Corporate Governance relativo ao exercício de 2023 e as Contas respeitantes ao mesmo período.

1. Introdução

Em agosto de 2022, tomou posse uma nova direção do IPCG. O seu mandato foi apresentado com os objetivos de dar continuidade ao trabalho feito pelas anteriores direções e de aprofundar a sua interação com o tecido empresarial português, alargando a base de associados, de empresas monitorizadas, as iniciativas de formação e de divulgação das melhores práticas.

Durante o ano de 2023, completou-se mais um processo de monitorização do Código de Governo das Sociedades, ministraram-se dois cursos de formação para administradores não executivos que contaram com 40 alunos, angariaram-se 35 novos associados, 12 renunciaram à qualidade de associados e organizaram-se 10 eventos, incluindo uma primeira edição do “ESG *Environmental, Social and Governance*”: Conferência Anual em colaboração com a- Deloitte Portugal, EY Portugal, KPMG Portugal e PwC Portugal. O IPCG festejou o seu vigésimo aniversário marcado por uma gala em que estiveram presentes 110 convidados. Também foi publicado um livro comemorativo dos 20 anos do Instituto “A Emergência e o Futuro do Corporate Governance em Portugal – Vol III”.

2. Código de Governo das Sociedades

Durante o ano de 2023, foi concluída uma revisão do Código de Governo das Sociedades do IPCG, a segunda desde a sua versão inicial de 2018, seguindo-se à 1ª revisão efetuada em 2020. Cumpriu-se assim o propósito que foi inicialmente fixado de se levar a cabo esse processo com uma periodicidade tendencialmente bienal.

Nos termos que foram protocolados aquando da aprovação do Código em 2018, o processo de revisão do código foi liderado por uma Comissão Delegada, que preparou e apresentou uma proposta à CAM – Comissão de Acompanhamento e Monitorização para discussão e aprovação. A Comissão Delegada foi constituída pelo Prof. Rui Pereira Dias, em representação do IPCG, e pelo Dr. Abel Sequeira Ferreira, em representação da AEM, contando ainda com a participação da Prof. Mariana Fontes da Costa.

Para a revisão de 2023 do CGS contou-se ainda, no estudo das matérias analisadas e antes da redação final da proposta conjunta apresentada à CAM - ✓

Comissão de Acompanhamento e Monitorização, com os contributos de diversos especialistas da área do Corporate Governance, ouvidos pela Comissão Delegada, assim como de empresas emitentes auscultadas no âmbito da AEM. Resultaram ainda da consulta ao Conselho Geral do IPCG diversas sugestões que foram incorporadas na versão final. Esta foi ultimada e apresentada pela Comissão Delegada para aprovação pelo Conselho Geral do IPCG e, posteriormente, em reunião que teve lugar em 10 de março de 2023, foi aprovada por unanimidade pela CAM – Comissão de Acompanhamento e Monitorização.

3. Ação formativa

A ação formativa do IPCG continuou muito centrada no Programa Avançado para Administradores não Executivos. Em 2023 realizaram-se duas edições, num total de 40 participantes. Decidiu-se manter o modelo, que tem ainda a vantagem de oferecer, em cada ano, duas datas alternativas de realização do Programa Avançado para Administradores não Executivos. Estes cursos continuam a formar ativamente novos administradores não executivos antes destes começarem a sua atividade nos Conselhos das mais relevantes empresas nacionais. Sublinhe-se, igualmente, a organização de uma formação específica realizada em empresa associada.

4. Disseminação do conhecimento

4.1. Conferências e seminários

O IPCG manteve uma regular atividade de organização de *webinars* e seminários presenciais, nomeadamente:

- Seminário “Corporate Governance e Sustentabilidade”;
- Webinar “Governança Corporativa nas Empresas Estatais”;
- Pequeno-almoço Executivo “Sustainable Growth and Business Longevity”;
- Lançamento do livro “Climate Finance”;
- “ESG Environmental, Social and Governance”: Conferência Anual;
- Conferência Governance “O Código de Governo das Sociedades de 2023”;
- Gala 20 Anos IPCG;
- Workshop “The PSI 2023 Proxy Season”;
- Eficácia dos Boards: caso português;
- Webinar -Apresentação do “Relatório Anual de Monitorização, relativo a 2022, do Código de Governo das Sociedades”;

De igual modo - participou em diversas iniciativas de outras entidades, abordando temas relacionados com o governo societário:

- Conferência "Sustentabilidade e Bom Governo: Novas Perspetivas para a Auditoria" (Intervenção de João Moreira Rato);
- Sessão de abertura da *ESG WEEK 2023: ESG no Mundo Desafios* (intervenção de José Costa Pinto);
- CNN InFocus - "Governance como alavanca do crescimento" KPMG (intervenção João Moreira Rato);
- Conferência Internacional Estratégia ESG para PME (intervenção João Moreira Rato);
- Conferência Anual da Maxyield "Os pequenos investidores no mercado de capitais" (intervenção Alexandre Mota Pinto);
- "DEI as a Driver of Good Governance: Insights and Case Studies from Portugal" (intervenção João Moreira Rato);
- Conferência Turismo *future-proof* "Modelos de governação, gestão de riscos e ação climática" (intervenção Renata Melo Esteves);
- *ESG Talks: Governação, Sustentabilidade e o Greenwashing*" (intervenção João Moreira Rato);

4.2. Disponibilização de informação

Um outro domínio em que o IPCG tem procurado desenvolver uma presença ativa é na disponibilização de informação relevante sobre o governo das sociedades. Neste domínio avulta:

- a compilação de todos os relatórios de governo societário publicados pelas sociedades emitentes, desde 2018 (inclusive) no que se crê ser o mais completo repositório, a este nível, em Portugal;
- As versões atuais (em língua inglesa) dos códigos de governo societário de países de referência em matéria de *corporate governance*.

5. Relações institucionais

O IPCG manteve um diálogo permanente com as autoridades governamentais e de supervisão e em particular procurando responder sempre que foi consultado em matérias relacionadas com o governo societário. De igual modo se manteve um relacionamento próximo com a AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado e com a *EURONEXT Lisbon*, visando contribuir para o desenvolvimento e dinamização do mercado de capitais nacional.

6. Relações com Associados

O IPCG procurou manter um diálogo muito ativo com todos os seus associados coletivos e individuais, não só os convidando para participar em todas as iniciativas organizadas ou coorganizadas pelo IPCG, como ainda disseminando pelos associados várias iniciativas promovidas por outras entidades e que, tendo alguma ligação com as temáticas a que o IPCG está ligado, este se disponibiliza como um agente ativo das mesmas.

Durante o ano de 2023 o número de associados aumentou em 4 % para 329 a título individual e em 15 % para 63 empresas.

7. Organização e recursos

No ano de 2023, foi possível manter reservas que correspondam a 12 meses de operação de forma a assegurar a resiliência e sustentabilidade do IPCG.

Mantiveram-se, no IPCG, dois colaboradores remunerados.

Com exceção dos representantes do IPCG e da AEM, os restantes membros da CEAM (Comissão Executiva de Acompanhamento e Monitorização) incluindo os membros da equipa de apoio são remunerados.

8. Análise económica e financeira

Os rendimentos ascenderam a 361.804,66 €, o que representa um incremento de 14 % relativamente aos rendimentos de 2022. Este aumento é devido a um incremento no número de adesões ao Instituto e à organização de uma formação específica realizada em empresa associada.

Em 2023 o Instituto teve um resultado líquido de 16.562,70 € que contribuiu para reforçar as reservas do Instituto.

A situação financeira do Instituto continua muito sólida e estável com disponibilidades na ordem dos 263 448,17 € e um passivo total de 45.970,66 €.

Nestes termos, propõe-se que o resultado líquido apurado, de 16.562,70 €, seja acrescido ao Fundo Patrimonial.

9. Agradecimentos

A Direção do IPCG agradece, reconhecidamente, o apoio que tem permanentemente recebido dos seus associados, coletivos e individuais.

Foi também muito importante o apoio e orientação do Conselho Geral e do seu Presidente.

Uma palavra de muito apreço pelo irrepreensível relacionamento tido com o Conselho Fiscal e pela disponibilidade sempre demonstrada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral.


Finalmente, um agradecimento, merecido, à dedicação e profissionalismo da Dra. Ana Rita Vieira da Silva, adjunta da Direção do IPCG.

10. Nota final

Os membros dos órgãos sociais não auferem qualquer remuneração, nem beneficiam de despesas de representação.

Lisboa, 23 de maio de 2024

A Direção



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Demonstração dos resultados por naturezas para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2023 e 2022**

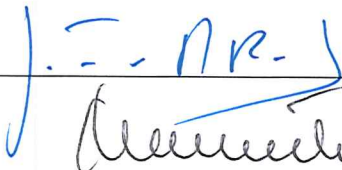
(em euros)


Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	14	361 804,66	316 315,00
Fornecimentos e serviços externos	15	(269 867,44)	(180 041,34)
Gastos com o pessoal	16	(59 789,14)	(57 326,35)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	7	(625,00)	(4 200,00)
Outros rendimentos	17	2 062,16	50,00
Outros gastos	18	(4 731,47)	(9 177,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		28 853,77	65 620,31
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	(466,98)	(952,70)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		28 386,79	64 667,61
Juros e rendimentos similares obtidos	19	1 633,80	
Resultado antes de impostos		30 020,59	64 667,61
Imposto sobre o rendimento do período	4-12	(13 457,89)	(7 622,86)
Resultado líquido do período	10	16 562,70	57 044,75

Lisboa, 23 de maio de 2024

A Direção

O Contabilista Certificado n.º 7939





Demonstração dos resultados por funções para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

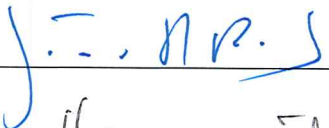
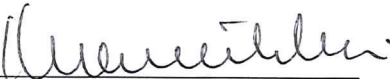
(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
(+) Vendas e serviços prestados	14	361 804,66	316 315,00
(-) Custo das vendas e dos serviços prestados			
=			
	Resultado bruto	361 804,66	316 315,00
(+) Outros rendimentos	17	3 695,96	50,00
(-) Gastos administrativos	15-16	(329 656,58)	(237 367,69)
(-) Outros gastos	5-7-18	(5 823,45)	(14 329,70)
=			
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)	30 020,59	64 667,61
=			
	Resultados antes de impostos	30 020,59	64 667,61
(+/-) Imposto sobre o rendimento do período	4-12	(13 457,89)	(7 622,86)
=			
	Resultado líquido do período	16 562,70	57 044,75

Lisboa, 23 de maio de 2024

A Direção

O Contabilista Certificado n.º 7939



Demonstrações das alterações nos fundos patrimoniais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Rubrica	Notas	Fundos	Resultado líquido do exercício	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2022	10	125 192,59	64 532,57	189 725,16
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		64 532,57	(64 532,57)	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		64 532,57	(64 532,57)	57 044,75
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2022	10	189 725,16	57 044,75	246 769,91
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2023	10	189 725,16	57 044,75	246 769,91
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		57 044,75	(57 044,75)	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		57 044,75	(57 044,75)	16 562,70
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2023	10	246 769,91	16 562,70	263 332,61

Lisboa, 23 de maio de 2024

A Direção



O Contabilista Certificado n.º 7939



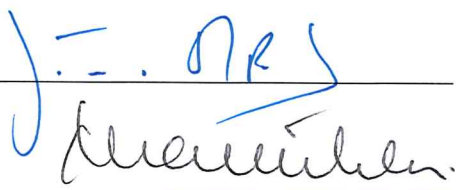
Demonstração de fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em euros)

Rubrica	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e associados		338 083,00	311 588,33
Pagamentos a fornecedores		(262 850,17)	(183 412,08)
Pagamentos ao pessoal		(59 682,91)	(54 384,51)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(9 638,86)	(8 194,22)
Outros recebimentos/pagamentos		(4 027,73)	(3 712,24)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 883,33	61 885,28
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Depósitos a prazo		(100 000,00)	
Investimentos financeiros		(29,13)	(100,00)
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Ativos fixos tangíveis			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(100 029,13)	(100,00)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<i>Recebimentos provenientes de:</i>			
Outras operações de financiamento			
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(98 145,80)	61 785,28
Caixa e seus equivalentes no início do período		261 593,97	199 808,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período		163 448,17	261 593,97

Lisboa, 23 de maio de 2024

A Direção

O Contabilista Certificado n.º 7939




ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM

31.dezembro.2023

(Valores expressos em euros)

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Instituto Português de Corporate Governance é uma Associação de direito privado, fundada em 15 de junho de 2004, pessoa coletiva com o número 506 665 909, com sede social na Avenida da Liberdade, n.º 196, 6.º piso, em Lisboa, que tem como objeto estatutário a investigação e divulgação dos princípios de Corporate Governance podendo para o efeito desenvolver todas as atividades adequadas a tal fim.

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo, aplicáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade da atividade, a partir dos livros e registos contabilísticos do Instituto, de acordo com a NCRF para entidades do sector não lucrativo.

b) Especialização dos exercícios

O Instituto Português de Corporate Governance segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das Demonstrações Financeiras. Nesse sentido, a quotização de associados e outros rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento.

c) Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

Os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações e amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações e amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por referência ao início do exercício em que os ativos estão disponíveis para utilização, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada.

As taxas de depreciação e amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida estimada:

	Anos de <u>vida útil</u>
Programas de computador	1 a 3
Equipamento administrativo	1 a 8

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros, contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), são contabilizados pelo seu justo valor.

e) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Instituto são mensurados ao custo ou ao custo amortizado quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização acumulada, usando o método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Estão incluídos nesta categoria:

- 1- Os Clientes e Associados, mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade;
- 2- Caixa e depósitos bancários, incluindo depósitos à ordem e a prazo, são mensurados ao custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal;
- 3- Outros ativos financeiros, incluindo “Estado e Outros Entes Públicos” e “Créditos a receber” mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal; e
- 4- Outros passivos financeiros, incluindo “Outros passivos correntes”, mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal.

Os ativos financeiros são sujeitos a testes de apuramento de perdas por imparidade em cada data de relato. Os ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Os Associados com quotas em atraso de um ou mais anos são integralmente provisionados, sendo as perdas por imparidade registadas na rubrica “Perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e se essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidades de dívidas a receber”.

f) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes sobre o rendimento (IRC) são calculados de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, tendo em consideração o enquadramento jurídico e legal atribuído ao Instituto Português de Corporate Governance.

NOTA 4 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), o Instituto Português de Corporate Governance configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários (Artigo 54.º, nº 3 do CIRC).

As declarações fiscais ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

O IRC foi calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis em vigor. De acordo com o número 3 do Artigo 11.º do CIRC, foram considerados como rendimentos sujeitos a tributação as formações, os rendimentos suplementares resultantes da venda de publicações e dos juros obtidos de depósitos a prazo.

NOTA 5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações e amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2023

Rubricas	Ativos fixos Tangíveis	Ativos Intangíveis
Ativos		
Saldo inicial	20 734,94	7 669,74
Aquisições	0,00	0,00
Saldo final	20 734,94	7 669,74
Depreciações e amortizações acumuladas		
Saldo inicial	18 930,52	7 669,74
Depreciações e amortizações do exercício	466,98	0,00
Saldo final	19 397,50	7 669,74
Ativos líquidos	1 337,44	0,00

2022

Rubricas	Ativos fixos Tangíveis	Ativos Intangíveis
Ativos		
Saldo inicial	20 734,94	7 669,74
Aquisições	0,00	0,00
Saldo final	20 734,94	7 669,74
Depreciações e amortizações acumuladas		
Saldo inicial	17 977,82	7 669,74
Depreciações e amortizações do exercício	952,7	0,00
Saldo final	18 930,52	7 669,74
Ativos líquidos	1 804,42	0,00

L. JOR

m.

2023

Investimentos financeiros - Fundo Compensação Trabalho	
Ativos	
Saldo inicial	101,75
Aumentos / (diminuições)	29,13
Aumento por justo valor	0,00
Saldo final	130,88

O Fundo de Compensação do Trabalho e o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho foram criados em 2013 e encerraram em 2023. As contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho cessaram em maio de 2023, com a entrada em vigor das alterações ao Código do Trabalho. Já as contribuições para o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho estão suspensas durante a vigência do Acordo de Médio Prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade.

2022

Investimentos financeiros - Fundo Compensação Trabalho	
Ativos	
Saldo inicial	0,00
Aumentos / (diminuições)	101,75
Aumento por justo valor	0,00
Saldo final	101,75

Os investimentos financeiros correspondem ao fundo de compensação do trabalho da colaboradora que iniciou funções em fevereiro de 2022.

h. JAR


NOTA 6 - CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos de créditos a receber apresentavam-se da seguinte forma:

2023

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Créditos a Receber:				
Clientes	2450,00	2 951,62	2 450,00	2 951,62
Outros	0,00	605,00	0,00	605,00
	2 450,00	3 556,62	2 450,00	3 556,62

Em 31 de dezembro de 2023, o valor de clientes corresponde ao valor a receber, referente ao curso “Programa Avançado para Administradores Não Executivos” realizado em novembro de 2023.

2022

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Créditos a Receber:				
Clientes	0,00	2 450,00	0,00	2 450,00
Adiantamentos a fornecedores	137,09	20 077,94	20 079,68	135,35
	137,09	22 527,94	20 079,68	2 585,35

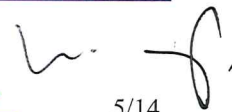
Em 31 de dezembro de 2022, o valor de clientes corresponde ao valor a receber, referente ao curso “Programa Avançado para Administradores Não Executivos” realizado em maio de 2022.

NOTA 7 – ASSOCIADOS - ATIVO E PASSIVO E IMPARIDADE

ATIVO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos com associados, apresentavam-se da seguinte forma:

Associados						
Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativos						
Associados	32 970,83	11 825,00	21 145,83	24 629,17	11 200,00	13 429,17
Total do ativo	32 970,83	11 825,00	21 145,83	24 629,17	11 200,00	13 429,17

JOR 
5/14

PASSIVO

Associados				
Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Passivos financeiros mensurados ao custo	Total	Passivos financeiros mensurados ao custo	Total
Passivos				
Associados	160,00	160,00	175,00	175,00
Total do passivo	160,00	160,00	175,00	175,00

IMPARIDADE

Perdas por Imparidade Acumuladas					
Descrição	31/12/2023				
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo final
Associados	11 200,00	4 350,00	0,00	3 725,00	11 825,00
	11 200,00	4 350,00	0,00	3 725,00	11 825,00

Perdas por Imparidade Acumuladas					
Descrição	31/12/2022				
	Saldo inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo final
Associados	7 000,00	7 450,00	0,00	3 250,00	11 200,00
	7 000,00	7 450,00	0,00	3 250,00	11 200,00

JDR


NOTA 8 – DIFERIMENTOS – ATIVO E PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estas rubricas têm a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer		
Rendas e alugueres	2 585,79	2 210,74
Serviços especializados	9 288,09	1 135,14
Seguros	364,67	242,36
Reuniões Conferências (Org. Eventos)	0,00	3 335,00
Material de Escritório	21,28	0,00
Outros	1 287,58	1 149,59
TOTAL VALORES ATIVOS	13 547,41	8 072,83
Ganhos a reconhecer		
Quotizações	150,00	10 200,00
Promoções para captação de recursos - Inscrições de Cursos	2 450,00	6 615,00
TOTAL VALORES PASSIVOS	2 600,00	16 815,00

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da rubrica “Serviços especializados” inclui o encargo com o Plano Estratégico SEO, projecto que está a ser desenvolvido para melhorar o site do Instituto. Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda a aquisição de alguns exemplares do livro “A Emergência e o Futuro do Corporate Governance em Portugal”, que serão oferecidos aos oradores dos eventos organizados pelo Instituto.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da rubrica “Promoções para captação de recursos - Inscrições de Cursos” refere-se à inscrição no “Programa avançado para administradores não executivos”, de um participante que não teve a oportunidade de frequentar as edições realizadas em 2023 e que, como tal, poderá assistir apenas em 2024.

Em 31 de dezembro de 2022, na mesma rubrica encontram-se registadas faturas referentes ao “Programa avançado para administradores não executivos” relativas a participantes que apenas frequentaram o curso em 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica “Quotizações” inclui as quotas de 2023 dos sócios AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. e PLMJ Advogados, SP, RL, no valor de 5 000 euros cada.

NOTA 9 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Caixa	235,95	706,14
Depósitos à ordem	163 212,22	260 887,83
Depósito a prazo	100 000,00	0,00
TOTAL	263 448,17	261 593,97

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da rubrica depósito a prazo, corresponde a um depósito a prazo constituído no decorrer de 2023, no montante de 100.000 euros, e com data de vencimento em 30 de maio de 2024.

NOTA 10 – FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento nos Fundos Patrimoniais é apresentado na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Os Fundos Patrimoniais são constituídos pelos resultados de exercícios anteriores, correspondendo essencialmente às jóias e quotas de associados deduzidos dos custos do Instituto Português de Corporate Governance. De seguida é apresentada a sua evolução por anos:

Descrição	Valor
Constituído no Exercício de 2004	1 300,00
Constituído no Exercício de 2005	20 281,72
Constituído no Exercício de 2006	30 032,90
Constituído no Exercício de 2007	46 135,61
Constituído no Exercício de 2008	-9 128,22
Constituído no Exercício de 2009	7 470,39
Constituído no Exercício de 2010	2 711,10
Constituído no Exercício de 2011	-40 479,65
Constituído no Exercício de 2012	4 712,36
Constituído no Exercício de 2013	-7 647,77
Constituído no Exercício de 2014	1 271,72
Constituído no Exercício de 2015	-25 286,16
Constituído no Exercício de 2016	21 378,18
Constituído no Exercício de 2017	20 923,36
Constituído no Exercício de 2018	16 005,32
Constituído no Exercício de 2019	19 664,08
Constituído no Exercício de 2020	15 847,65
Constituído no Exercício de 2021	64 532,57
Constituído no Exercício de 2022	57 044,75
Total dos Fundos	246 769,91
Resultado líquido do exercício de 2023	16 562,70
Total dos Fundos Patrimoniais	263 332,61


JNR

NOTA 11 - FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de fornecedores tem a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Outros Fornecedores	6 395,71	87,17
TOTAL VALORES PASSIVOS	6 395,71	87,17

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de adiantamentos a fornecedores tem a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Outros Fornecedores	4 503,12	135,35
TOTAL VALORES ATIVOS	4 503,12	135,35

A rubrica Adiantamentos a fornecedores, inclui dois pagamentos a prestadores de serviços, efetuados em julho e dezembro de 2023, no montante total de 1.960,00 euros, cujas respetivas faturas foram emitidas em janeiro de 2024.

NOTA 12 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
IRC – Autoliquidação	7 358,35	3 539,86
Retenção IRS Trabalho Dependente	2 505,00	2 389,00
Retenção IRS Trabalho Independente	3 000,00	1 975,00
Retenção IRC Prediais	477,03	446,07
Contribuições Segurança Social	2 763,90	3 530,80
Fundo garantia salarial	0,00	10,00
TOTAL VALORES PASSIVOS	16 104,28	11 890,73

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica “IRC – Autoliquidação” corresponde à estimativa de imposto corrente e aos pagamentos por conta, nos montantes de 13 457,89 euros e 6 099,00 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica “IRC – Autoliquidação” corresponde à estimativa de imposto corrente e aos pagamentos por conta, nos montantes de 7 622,86 euros e 4 083,00 euros, respetivamente.

h
JNR

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Acréscimos de rendimentos – juros a receber	1 633,80	0,00
TOTAL VALORES ATIVOS	1 633,80	0,00
Honorários	5 771,50	0,00
Remunerações a pagar	6 848,80	6 155,77
Trabalhos Especializados - auditoria	3 087,30	3 087,24
Trabalhos Especializados - Cursos	1 291,50	2 460,06
Outros	3 711,57	146,61
TOTAL VALORES PASSIVOS	20 710,67	11 849,68

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da rubrica acréscimos de rendimentos – juros a receber corresponde aos juros associados ao depósito prazo detido pelo Instituto no montante de 100.000 euros.

Em 31 de dezembro de 2023, a rubrica “Outros” inclui essencialmente o acréscimo de gastos com a cobertura de vídeo de 3 eventos promovidos pelo Instituto.

NOTA 14 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Quotas dos associados	233 522,91	214 100,00
Promoção para captação de recursos	128 281,75	105 012,50
Descontos e abatimentos	0,00	-2 797,50
TOTAL	361 804,66	316 315,00

Durante o ano de 2023 decorreram a 9ª edição e 10ª edição do “Programa avançado para administradores não executivos”, nos meses de maio e novembro, respetivamente.

Durante o ano de 2022 decorreram a 7ª edição e 8ª edição do “Programa avançado para administradores não executivos”, nos meses de maio e novembro, respetivamente.


JNR

NOTA 15 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Trabalhos Especializados	83 316,74	78 471,27
Publicidade e propaganda	692,49	14 206,50
Honorários	58 053,32	38 478,50
Reuniões Conferências (Org. Eventos)	86 653,27	14 304,23
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	115,62	254,81
Material de Escritório	1 880,54	1 147,57
Artigos de oferta	4 095,34	102,38
Deslocações e Estadas	3 839,13	4 240,34
Rendas e Alugueres	26 950,95	26 381,82
Comunicação	2 457,79	1 802,91
Outros Serviços	1 812,25	651,01
TOTAL	269 867,44	180 041,34

Durante o ano de 2023 decorreu a 9ª edição e 10ª edição do “Programa avançado para administradores não executivos”, em maio e novembro de 2023, respetivamente. Esta situação também se refletiu na rubrica “Reuniões Conferências (Org. Eventos)”. Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda encargos com a a Gala dos 20 anos do Instituto, realizada em novembro de 2023.

O aumento registado na rubrica de "Honorários" deve-se ao facto de ter havido um aumento nos gastos com a Comissão Executiva de Acompanhamento e Monitorização (“CEAM”).

Nesta rubrica encontram-se igualmente registados os honorários relacionados com a edição/paginação (incluindo revisões) e a conceptualização e criatividade da obra "Melhor Gestão", bem como a sua tradução, a tradução do "Relatório Anual de Monitorização relativo a 2022 e do “Código de Governo das Sociedades revisto em 2023”.

No exercício de 2022, a rubrica de “Publicidade e propaganda” corresponde ao reconhecimento do encargo com a produção de vídeos sobre Corporate Governance, “Melhor Gestão”.


JNR

NOTA 16 - GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Remunerações do pessoal	40 143,80	38 970,20
Encargos patronais para a Segurança Social	10 086,05	9 431,46
Remunerações para férias, subsídio de férias e subsídio de natal	8 966,64	7 059,67
Seguro para Acidentes de Trabalho	407,45	404,09
Formação do Pessoal	0,00	1 137,75
Higiene, Segurança no Trabalho	98,40	98,40
Medicina no Trabalho	80,50	70,00
Outros	6,30	154,78
TOTAL	59 789,14	57 326,35

Os órgãos diretivos e sociais do Instituto, não auferem qualquer remuneração fixa, de acordo com os Estatutos do Instituto.

Em 2023 e 2022, a média de funcionários dependentes ao serviço do Instituto foi de 2.

NOTA 17 - OUTROS RENDIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Correções de exercícios anteriores	2 060,00	50,00
Outros não especificados	2,16	0,00
TOTAL	2 062,16	50,00



JOR

NOTA 18 - OUTROS GASTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Impostos (inclui IVA e S. Selo)	6,41	5 324,08
Dívidas Incobráveis	650,00	100,00
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	4,92
Donativos	1 350,00	1 250,00
Quotizações	2 649,02	2 493,15
Insuficiência de estimativa para impostos	0,00	0,00
Despesas indevidamente documentadas	0,00	4,85
Outros	76,04	0,00
TOTAL	4 731,47	9 177,00

NOTA 19 - JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Juros	1 633,80	0,00
TOTAL	1 633,80	0,00

NOTA 20 – ENTIDADES RELACIONADAS

O Instituto Português de Corporate Governance não participa em qualquer entidade.

Informa-se que relativamente ao Programa Avançado para Administradores não Executivos 9.ª e 10.ª edição, foram docentes os membros dos Órgãos Sociais que a seguir referenciamos:

Do Conselho Fiscal

Professor Doutor Manuel Ramos de Sousa Sebastião (Presidente)

Mais se informa que o Dr. Pedro Miguel Mendes (Vogal do Conselho Fiscal) é Partner da Deloitte Portugal, empresa auditora do IPCG.

NOTA 21 – OUTROS ASSUNTOS

O conflito Rússia-Ucrânia tem vindo a contribuir para uma recessão económica, com um aumento da inflação. Face à conjuntura atual, a administração prevê continuar a implementar medidas que visam mitigar os efeitos da atual crise. Além desta situação que tem impacto, direta ou indiretamente em todas as empresas, não ocorreram outros factos relevantes que tenham dado lugar a ajustamentos das demonstrações financeiras da Empresa.

L. N. 13/14 JNE

No entanto, conforme referido na Nota 3 a), com base em toda a informação disponível à data, a Direção considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

NOTA 22 – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Não se identificaram eventos subsequentes com impacto relevante nas demonstrações financeiras do Instituto a 31 de dezembro de 2023.

NOTA 23 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Direção em 23 de maio de 2024.

Lisboa, 23 de maio de 2024

A Direção

O Contabilista Certificado n.º 7939

